



Constitucionalismo Climático e a Proteção das Futuras Gerações no Pós-COP 30

Autor(res)

Stefhany De Oliveira Santos
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios contemporâneos, exigindo respostas jurídicas cada vez mais estruturadas e eficazes. No cenário pós-COP 30, intensifica-se o debate sobre o papel do Direito na garantia da proteção ambiental como direito fundamental, especialmente por meio do chamado constitucionalismo climático. Esse conceito amplia a interpretação das constituições, incorporando a proteção do clima como dever estatal e direito da coletividade. Nesse contexto, destaca-se a relevância da justiça intergeracional, que impõe a responsabilidade de preservar o meio ambiente para as futuras gerações. Assim, o fortalecimento de instrumentos jurídicos capazes de assegurar a efetividade dessas garantias torna-se essencial diante da crescente urgência climática.

Objetivo

Analisar o papel do constitucionalismo climático na proteção ambiental e sua relação com a justiça intergeracional no contexto pós-COP 30.

Material e Métodos

A pesquisa possui natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinados dispositivos constitucionais, especialmente no ordenamento jurídico brasileiro, bem como tratados internacionais relacionados às mudanças climáticas. Também foram analisadas obras doutrinárias e artigos científicos sobre constitucionalismo climático e justiça intergeracional. O método dedutivo foi utilizado para compreender a aplicação dos princípios constitucionais ambientais no enfrentamento das mudanças climáticas. Além disso, foram considerados precedentes judiciais relevantes que evidenciam a atuação do Poder Judiciário na proteção do clima como direito fundamental, permitindo uma abordagem crítica e interdisciplinar do tema.

Resultados e Discussão

Os resultados demonstram que o constitucionalismo climático vem ganhando espaço como importante ferramenta jurídica para o enfrentamento das mudanças climáticas. A incorporação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental fortalece a atuação estatal e legitima a intervenção do Poder Judiciário em casos de omissão ou insuficiência de políticas públicas. A justiça intergeracional surge como

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



princípio orientador, exigindo que decisões presentes considerem seus impactos futuros. No entanto, ainda existem desafios significativos, como a dificuldade de implementação efetiva dessas normas e a limitação de instrumentos coercitivos. A análise evidencia a necessidade de maior integração entre os poderes e de fortalecimento institucional para garantir a efetividade das normas climáticas.

Conclusão

Conclui-se que o constitucionalismo climático desempenha papel central na proteção ambiental no pós-COP 30. Seu fortalecimento, aliado à aplicação da justiça intergeracional, é essencial para assegurar a efetividade dos direitos fundamentais e a preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

Referências

Instituto Nelson Wilians. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/judiciario-debate-justica-climatica-e-protecao-ao-meio-ambiente-como-direito-fundamental>. Disponível em: <https://inw.org.br/cidadania-climatica-educacao/>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

The Conversation. Disponível em: <https://theconversation.com/o-brasil-pos-cop-30-entre-a-ciencia-e-o-retrocesso-futuro-climatico-do-brasil-esta-em-jogo-274380>

COP30 Brasil Amazônia. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/judiciario-debate-justica-climatica-e-protecao-ao-meio-ambiente-como-direito-fundamental>